



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00276794020208172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JACIARA ALVES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DA AUSENCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A LESÃO EXISTENTE NO JOELHO ESQUERDO E O ACIDENTE**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada no joelho esquerdo tenha decorrido do acidente de trânsito**<sup>1</sup>.

**ISSO PORQUE, CONFORME EVIDENCIAM OS PRÓPRIOS DOCUMENTOS MÉDICOS APRESENTADOS PELA PARTE AUTORA, AS ÚNICAS LESÕES OCASIONADAS A ELA DECORRENTES DO ACIDENTE OCORRERAM NA FACE E NA COLUNA.**

**ORA, EXA., EM MOMENTO ALGUM A PARTE AUTORA APRESENTA BOLETIM MÉDICO COMPROVANDO LESÃO NO JOELHO ESQUERDO QUE TENHA DECORRIDO DO SINISTRO DISCUTIDO, NÃO PODENDO, ASSIM, SER IMPUTADO À RÉ O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR LESÃO QUE NÃO OCASIONADA PELO ACIDENTE ADUZIDO.**

---

<sup>1</sup>SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT.(TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)


**DESTA FORMA, RESTA DEMONSTRADA A COMPLETA AUSENCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A LESÃO NO JOELHO ESQUERDO E O ACIDENTE!!!**

**DA AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE**

**DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE AGRAVAMENTO DE LESÃO NA FACE E NA COLUNA**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora alega ter adquirido lesões decorrentes do acidente aludido no joelho, segmento que, conforme já esclarecido acima, não foi adquirido no acidente discutido, e na face e na coluna. Todavia, em sede administrativa não foram apuradas quaisquer sequelas, conforme elucidado abaixo:

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA				
<b>DADOS DO SINISTRO</b>				
<b>Número:</b> 3190673296	<b>Cidade:</b> Olinda	<b>Natureza:</b> Invalidez Permanente		
<b>Vítima:</b> JACIARA ALVES DA SILVA	<b>Data do acidente:</b> 04/07/2018	<b>Seguradora:</b> ARUANA SEGURADORA S/A		
<b>PARECER</b>				
<b>Diagnóstico:</b> Fratura de arcos costais à esquerda.				
<b>Descrição do exame físico:</b> Ao exame, vítima com expansibilidade torácica preservada, sem limitação.				
<b>Resultados terapêuticos:</b> Suporte clínico, analgesia, fisioterapia. Alta há cerca de 4 meses.				
<b>Sequelas permanentes:</b>				
<b>Sequelas:</b> Sem sequela				
<b>Data do exame físico:</b> 13/12/2019				
<b>Conduta mantida:</b>				
<b>Observações:</b> Vítima com exame demonstrando alteração discal em coluna. Não há como determinar nexo, uma vez que não há comprovação de lesão em coluna decorrente do trauma.				
<b>DANOS</b>				
<b>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</b>	<b>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</b>	<b>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</b>	<b>% Apurado</b>	<b>Indenização pelo dano</b>
		<b>Total</b>	<b>0 %</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Após o deferimento de exame pericial médico, o ilustre expert apurou a presença de lesão na face em grau leve (25%) e na coluna em grau médio (50%).

Todavia, conforme já informado, ante a ausência de nexo causal entre a lesão existente no joelho esquerdo e o sinistro, a ré vem impugnar a lesão apurada na face e na coluna da parte autora tendo em vista que, anteriormente, em sede administrativa, foi apurada a ausência de sequelas nos segmentos.

Ora, Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agregar lesão à parte autora, haja vista que, conforme avaliado administrativamente, as lesões na face e na coluna não resultaram em sequelas permanentes.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar indenização ao autor, devendo, assim, os pedidos autorais serem julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 3 de dezembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**